

**Processo:** 617839-4

**Relator:** Lauro Laertes de Oliveira

**Orgão Julgador:** 2ª Câmara Cível

**Data de Publicação:** 03/11/2009 00:00:00

**Ementa:** DECISÃO: Acordam os integrantes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso da Finaustria Arrendamento Mercantil S/A.; por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso do Município de Irati e não conhecer do reexame necessário, nos termos supra. EMENTA: TRIBUTÁRIO - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS) - ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). 1. ART. 156, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - CONCEITO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - INEXISTÊNCIA DE SERVIÇO COMO ATIVIDADE-FIM, MAS COMO ATIVIDADE-MEIO - AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA - NÃO INCIDÊNCIA DO ISS SOBRE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RAZOABILIDADE - ART. 20 § 4º, CPC. 3. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL PARCIALMENTE PROCEDENTES - RECURSO DA EMBARGANTE PROVIDO EM PARTE - RECURSO DO EMBARGADO DESPROVIDO - REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO - VOTO VENCIDO. A regra-matriz do ISS - Imposto sobre Serviços se encontra relacionada de forma clara e inequívoca a obrigação de fazer, de prestar um serviço, exige-se o esforço humano, embora possa ser auxiliado por emprego de instrumentos ou aplicação de materiais. Conforme pontifica o Ministro Celso de Mello, por ocasião do julgamento do RE 116.121, "a Constituição, quando atribui competência impositiva ao Município para tributar serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência das outras pessoas políticas, exige que só se alcancem, mediante incidência do ISS, os atos e fatos que se possam qualificar, juridicamente, como serviços." No contrato de arrendamento